

079ª SESSÃO ORDINÁRIA – 11SET2014

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Registro a presença do Deputado Adolfo Brito. O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, ontem eu fiz um pronunciamento aqui desta tribuna, e hoje eu quero reforçar, porque eu acho que todo o homem público, o político tem a obrigação de se indignar com aquilo que ele acha que é injusto. E esse recado eu quero dar para a imprensa. Porque eu também não sou desses políticos que se encolhem diante de uma oportunidade de possíveis retaliações desse ou daquele segmento da imprensa. Não acho certo que um homem público, que representa uma parcela da sociedade, se acovarde perante situações que ele ache injustas. Quero deixar isso bem claro, porque, com todo o respeito, não sou melhor do que ninguém, mas não me falta coragem! Por isso quero, falando pausadamente, dar um recado para a imprensa, porque vejo seguidamente plantões aqui representando este ou aquele segmento da imprensa tentando buscar alguma coisa pequena, alguma notícia ruim. Eu sou de Irai e lá tem muito corvo; corvo, quando voa, é porque tem coisa ruim. O que eu gosto muito de ver é beija-flor.

Mas, resumindo, esta Casa aprovou um projeto de lei de minha autoria, há poucos dias, que trata de reduzir impostos, trata da redução de 50% do ISS das agências e empresas que fazem locação de mão de obra. Também há outro projeto de minha autoria que esta Casa aprovou e o Executivo vetou, qual seja, que dá um outro direcionamento, um outro comportamento, outro formato às JARIs – Juntas Administrativas de Recursos de Infrações. Pois bem, neste caso, o Executivo vetou o meu projeto, e, de forma, sinceramente, até humilhante, mandou, antes até de nós apreciarmos o veto, um decreto contemplando o meu projeto. Isso demonstra claramente a falta de respeito ao Poder Legislativo. Invocou questões de vício de origem que não têm a mínima condição de se sustentar, mas, infelizmente, meus colegas não me deram o devido apoio para derrubarmos o veto. A justificativa dos meus colegas, na época, foi: “Ah, mas já está valendo, o Executivo fez um decreto.” E eu acho que essa é uma justifica muito covarde!

Mas, voltando ao assunto, eu pergunto: por que não sai nenhuma dessas notícias na imprensa? Alguém sabe me dizer por quê? Para que serve a imprensa se não é para servir à sociedade de um modo geral? Onde estão os democratas, que tanto falam da livre imprensa? Se preocupar só com coisas negativas não é liberdade de imprensa.

E eu não quero aqui dizer que não deva ser divulgado. Agora, é muito comum ter aqui um representante de determinado jornal, que não conhece as questões de plenário, e se presta a dizer “estava ausente ou não quis votar o fulano e o beltrano”, como se entendessem de alguma coisa. Mas tudo bem, é uma opinião, tem que ser respeitada. Agora, na medida em que não divulgam uma lei que já está em vigor, que atendeu e está atendendo a uma parcela significativa da sociedade, eu me dou o direito de fazer essas críticas, porque, só mostrar um lado, só ficar se preocupando com coisas negativas não é liberdade de imprensa! Que imprensa é essa? Vou dizer mais, quero deixar bem claro: eu não quero achar que possa ser alguma coisa, alguma retaliação, porque esta Casa não faz investimento em publicidade, o que eu sempre fui muito contrário, pois, no meu entendimento, órgão público não tem que fazer publicidade; vão buscar publicidade na iniciativa privada! E não é porque nós estamos passando por um período que me dá limitações para falar que eu não vou denunciar. Que negócio é esse? É impossível nós aceitarmos calados, concordando que venham aqui nesta Casa forçar notícias, muitas vezes inverdades, e, quando se tem uma matéria concreta, algo palpável, não noticiam. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença da Central Única dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul, que tratará de assunto relativo aos trabalhadores rodoviários. O Sr. Maurício Barreto está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

O SR. MAURÍCIO BARRETO: Boa tarde, queria agradecer, primeiramente, aos Vereadores que compareceram para que desse o quórum e a Tribuna pudesse ser

executada com sucesso – e vai ser, com certeza –, queria agradecer a Bancada do PSOL, que tem apoiado bastante os rodoviários de Porto Alegre nessa luta que a gente vem tendo contra o poderio que a gente enfrenta, que é essa máfia do transporte público em Porto Alegre.

Eu quero começar esta fala deixando a angústia que paira sobre a categoria hoje, que é a incerteza. A categoria tem incerteza sobre o futuro do trabalho e dos seus trabalhadores, pois o cenário que a gente tem hoje é o de sucateamento da frota. A gente teve mais de 40 demissões do pessoal de manutenção da frota das empresas do STS – falo do STS porque é onde eu trabalho, por isso posso comprovar o que falo –, o que gera um problema público, e o número de quebra de veículos em Porto Alegre subiu de um para cinco por dia, deixando insatisfeitos os trabalhadores e a população de Porto Alegre, todos os dias, e trazendo uma incerteza aos trabalhadores. E a argumentação da patronal é de que as empresas estão operando no vermelho, que elas não têm condições de manter a manutenção dos seus ônibus, que elas não têm condições de renovar a frota de Porto Alegre – faz mais de dois anos que a frota não é mais renovada. Então, essa incerteza e essa dúvida pairam sobre a categoria e a deixam de sobreaviso num momento tenso, a licitação de Porto Alegre, que está para acontecer, agora no dia 26, com a abertura dos envelopes. É esse problema que estamos tentando entender, que é uma luta, porque no Edital não tem nada que indique a permanência da mão de obra dos trabalhadores, independente de qual empresa assuma, se vão ficar essas ou trocar, a permanência da mão de obra que já existe hoje. Hoje temos 8.500 trabalhadores na ativa e em torno de 2.700 trabalhadores encostados e afastados. Então, são 8.500 famílias incertas para o futuro da categoria. Isso está incomodando os trabalhadores. Esse é o grande caso do alvoroço, pois os trabalhadores rodoviários saíram de uma greve vitoriosa, meio traumática para a Cidade – a gente sabe que gerou um custo gigante para o Município, mas também o Município não ajudou os trabalhadores, só defendeu os interesses patronais e outros interesses; populares é que não foram, porque o interesse da população não foi e nem o interesse dos trabalhadores.

Também eu queria ressaltar a questão da perseguição aos praticantes sindicais que está acontecendo hoje em Porto Alegre. A gente tem exemplos na mídia, que vem veiculando, as demissões por justa causa de um grupo de rodoviários, do qual faz parte o Rodoviário Movimento Independente dos rodoviários, e Rodoviários na Luta. Essa semana a gente

teve uma liderança bem expressiva da categoria demitida, Alceu Weber, e, por consequência, hoje fiquei informado que teve mais dois integrantes demitidos desse grupo, que eu não ainda, com certeza, relatar, mas isso já é uma verdade.

Então, com isso, com essas demissões e com essas perseguições, fica a pergunta: O caos, no transporte público de Porto Alegre, interessa a quem? A quem, realmente, interessa? Sabendo que, provavelmente, essa semana ou a outra, haverá a abertura das cartas de licitações, por que pressionar os trabalhadores a paralisações, a ações, operações-padrão. Onde querem chegar com isso? Já burlaram uma vez o processo, não comparecendo, o que é uma vergonha. Eu nunca vi, num processo licitatório de transporte público de Porto Alegre, a parte interessada não comparecer, sendo que temos empresas com mais de 50 anos dentro desse tipo processo. Isso é uma vergonha inadmissível.

Vimos a esta Casa denunciar esses inúmeros acontecimentos que vêm prejudicando não só a categoria, mas a população em seu todo, porque o trabalhador insatisfeito acaba descontando em quem não tem nada a ver, que é a população. E todos fazem parte da população. Viemos cobrar medidas do gestor do Município, que não se manifesta em prol do povo nem em prol dos trabalhadores. Isso nos faz acreditar que está do lado do patrão, que está do lado desta máfia do transporte que governa o transporte coletivo de Porto Alegre, há mais de 20 anos, contra a qual lutamos, pleiteamos contra, mas infelizmente as forças e nossos recursos estão se esgotando.

Por isso, hoje, viemos a esta Casa pedir ajuda, porque queremos construir uma denúncia contra a Prefeitura de Porto Alegre na Organização Internacional do Trabalho – OIT, para que dê conta dessas demissões e perseguições aos praticantes sindicais que estão acontecendo em Porto Alegre, para que dê conta deste sistema fraudulento de transporte público, acobertado pela EPTC e pelos órgãos que são pagos para gerenciar e mal gerenciam, enganam a população. A população acaba custeando uma tarifa muito alta, mais alta do que deveria, por conta desses cambalachos, dessas jogadas ensaiadas que não permitimos mais, porque prejudica o trabalhador, a população, o Município de Porto Alegre. Era só isso. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton): Convidamos o Sr. Maurício Barreto a fazer parte da Mesa. O Ver. Pedro Ruas está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, pela oposição.

O SR. PEDRO RUAS: Falo pelo PSOL, em meu nome e, obviamente, da Ver.^a Fernanda Melchionna, do PT e PCdoB; portanto, em nome da oposição.

Quero lhe dizer, Presidente, que isso nos deixa alarmados, meu caro Barreto. Sabemos da sua trajetória, da sua luta e sabemos mais; depois até temos que esclarecer isso. Há um processo na Procuradoria do Trabalho e há um responsável, o desembargador Noedi, que pode auxiliar nessas questões, inclusive no fato, Presidente Mauro Pinheiro, de que o Barreto, com 12 anos como rodoviário, liderança importante da categoria, liderança de greve, sim, não está tendo sua inscrição permitida como um dos integrantes de uma chapa a disputar as eleições dos rodoviários. Isso é inadmissível! Esse estatuto atual dos rodoviários – aliás, um sindicato questionado durante anos na Justiça, com problemas de toda ordem, principalmente por “peleguismo” na área sindical – não está permitindo que o Barreto, esse que utilizou a Tribuna Popular, se inscreva como integrante de uma chapa. E nós, aqui na Câmara, temos que buscar os poderes constituídos particularmente, a Procuradoria do Trabalho, o Ministério do Trabalho, a Justiça do Trabalho, e colocarmos que isso é realmente inadmissível. Um trabalhador com a história e a biografia do Barreto, com tudo isso que ele denunciou aqui – e é tudo verdade, impedido de disputar a direção da sua categoria –, nós, representantes do povo de Porto Alegre, não vamos aceitar.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Paulinho Motorista está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. PAULINHO MOTORISTA: Boa tarde, Presidente Mauro Pinheiro, nosso colega Barreto; o que o Barreto falou da tribuna eu assino embaixo, porque fui rodoviário por 24 anos, como todos sabem – por isso hoje sou Paulinho Motorista, do que me orgulho muito –, e sempre estarei à frente da minha classe rodoviária para brigar, seja pelo que for. Jamais vou dar as costas ou me esconder, deixando que eles acabem sofrendo sem eu nada fazer. Quando o Barreto foi demitido na Tinga, eu estive lá presente – ele pode

confirmar –, eu e a Ver.^a Sofia Cavedon estivemos em uma reunião em que certamente o Barreto foi posto para rua indevidamente. Em uma reunião, que não levou 15 minutos, já estava tudo certo, o Barreto estava trabalhando de novo. E aí já dá para se pensar, Mauro, quando um camarada vai para rua – que foi posto indevidamente – e é readmitido, alguma coisa errada tem, porque senão não existe uma readmissão, rasgar papel e continuar o camarada trabalhando de novo. E eu, como trabalhei durante esses 24 anos, sei que a classe é sofrida. Sempre que se chega na garagem tem aquela placa assim: “Não pode fazer isso. Não pode fazer aquilo”. Nunca tem uma placa que diz assim: “A partir de hoje vai melhorar a situação para vocês. Vocês podem isso, podem aquilo.” É sempre “Não”. E a classe está sempre correndo atrás. Os motoras sofrendo nesse trânsito que, com certeza, o camarada está sempre atrasado, sempre sendo cobrado, os horários apertados para fazer. Qualquer acidente que acontece, o motora é que tem que marchar, o motora é que tem que pagar, seja de onde for. Então, a classe é sofrida! E eu sempre vou lutar, como já lutei na greve anterior. Eu posso falar aqui, tem hoje o pessoal rodoviário que estava à frente daquela greve, eu estava presente em todas as redes sociais, em todos os jornais e televisão para dar a minha entrevista. E vou dar entrevista em qualquer lugar porque não tenho, graças a Deus, o rabo preso com ninguém, com empresário nenhum. Sempre vou lutar por nossa classe, Barreto, estarei sempre presente, independente de política, porque a gente não está aqui para fazer campanha política, não está falando em partidos. A gente está falando na classe rodoviária, que é de onde eu saí, me incluindo nela até hoje. Um abraço à minha classe rodoviária!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Eu queria cumprimentar o Maurício Barreto e, em nome dele, todos os rodoviários, rodoviárias e apoiadores, como a Cristiane que está aqui presente para apoiar a pauta da categoria, diante de uma verdadeira política de cassação aos líderes e àqueles que encabeçaram um processo que foi histórico. Porque nós, em Porto Alegre, no ano de 2013, Presidente Mauro, vivemos um processo que inspirou o resto do Brasil, que foram as Jornadas de Junho, em que a juventude esteve na linha de frente na

luta contra o aumento das passagens. Os rodoviários apoiaram essa mobilização e, depois de muitos anos, num sindicato pelego, conseguiram fazer uma greve em que a base esteve à frente fazendo uma luta, em nome da categoria, diante de um verdadeiro massacre, que são os salários, as longas jornadas de trabalho, que a máquina do transporte impõe a essa categoria. Infelizmente, nós não conseguimos o passe livre naquele momento, que era uma reivindicação da categoria e também nossa, do PSOL, minha e do Ver. Pedro Ruas, foi um processo de empoderamento da categoria dos rodoviários, que inspirou, inclusive, outros rodoviários do Brasil; houve mobilizações em São Paulo, no Rio de Janeiro e em outras cidades, lutando por melhores salários.

Neste momento, vemos dois processos combinados: um processo de perseguição aos líderes da greve, como forma de tentar enfraquecer essa categoria; não temos no edital a garantia do emprego aos 8.500 rodoviários que desenvolvem esse serviço há décadas em Porto Alegre; e, por outro lado, há uma retaliação cirúrgica daqueles e daquelas que estiveram na linha de frente desse processo, combinada com uma tentativa de excluí-los – aquela oposição classista, independente, de base e democrática – da chapa do Sindicato dos Rodoviários. Então, isso, certamente, é parte de uma política patronal endossada, evidentemente, por vários grupos econômicos e políticos da nossa Cidade para tentar enfraquecer uma categoria tão valorosa como é a dos rodoviários. Vocês sabem que o Ver. Pedro Ruas, nosso Líder do PSOL, e eu estamos sempre apoiando as reivindicações da categoria, e eu queria deixar como encaminhamento, Presidente Mauro, que nós, da Câmara de Vereadores, solicitemos uma reunião com o Ministério Público do Trabalho, com o Dr. Noedi, para fazer este requerimento, mostrando a importância de que a categoria possa se autorrepresentar. É inaceitável que haja um canetaço, no sentido de não deixar que os líderes possam concorrer e, de fato, resgatar o Sindicato para a luta, para o combate e para a democracia.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, quero cumprimentar o Barreto pela sua fala, que ouvi atentamente, fiquei muito

preocupado com o que vem acontecendo. Vou endossar as palavras do meu amigo Ver. Paulinho Motorista, por quem tenho um apreço muito grande, pela sua simplicidade, pela sua humildade. Vou estar, aqui, sempre acompanhando o Paulinho. Em nome do PSD, este Vereador, Tarciso Flecha Negra, vai estar aqui lutando junto com o povo, com vocês porque eu sei que é um trabalho árduo. Andei muito de ônibus e ainda ando – o Paulinho sabe disso, e a gente sabe que esse trabalhador é um trabalhador que sai de casa com aquela alegria de levar milhares e milhares de pessoas aos seus destinos. Vamos estar junto com vocês. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O Sr. Pedro Ruas (Questão de Ordem): A Ver.^a Fernanda Melchionna fez um requerimento, que eu acho da maior relevância no sentido de que esta Câmara, junto ao Procurador do Trabalho, Dr. Noedi, procure uma informação acerca dos direitos de concorrer do Maurício Barreto, que usou a tribuna. Então, reforço o pedido para que a Câmara designe uma comissão formada por todos os partidos, ou por alguns partidos, enfim, os que se interessarem, pois esse tema realmente faz muita diferença e é urgente, porque a inscrição começa agora. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Feito o registro. Agradecemos a presença do Sr. Maurício Barreto, representante da Central Única dos Trabalhadores/RS. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h46min.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): (14h48min) Estão reabertos os trabalhos.

O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Boa tarde, Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; todos que nos assistem; eu precisaria de bastante tempo para falar sobre esse tema. Eu me lembro que em abril, ou maio – não tenho memória para lembrar o dia certo e o mês, mas me lembro que foi antes da Copa –, disse que a Copa do Mundo estava chegando, um dos maiores eventos do mundo, e que, se nós a aproveitássemos,

muitas coisas boas poderíamos tirar dessa Copa do Mundo. Mas eu vi que a Copa do Mundo foi embora, e daqui a quatro anos estará na Rússia. Aqui, no Brasil, não sabem quando virá, de novo, a Copa do Mundo, talvez para os meus netos, meus filhos.

Mas o que ainda me preocupa muito é que disseram que muitas coisas boas, muitos legados ficariam da Copa do Mundo, Ver. Pedro Ruas. Ficaram estradas, viadutos. Eu pergunto: o que ficou para o povo, para o ser humano? Principalmente para as crianças, para os jovens, para os adolescentes, porque eu sempre falo aqui e luto muito pela a inclusão social, através da educação, esporte, saúde, lazer e cultura. Eu não estou vendo. Não se pode dizer que estamos fazendo eventos grandes, isolados, uma vez a cada mês, ou uma vez a cada seis meses. Introduzimos, nos bairros, nas periferias, os esportes, não só o futebol, mas todos os tipos de esporte, porque, com isso, começamos as grandes obras para que se tenha, na verdade, obras grandiosas, para que possamos dizer: a Copa do Mundo deixou um legado bonito.

Os alemães passaram pela Bahia – não sei se isso é verdadeiro, mas creio que sim –, e lá deixaram alguma coisa. Eu ouvi a fala do melhor jogador da Alemanha dizendo que no País deles eles acreditam numa boa educação e em esporte. A Alemanha é melhor do que o Brasil? Não sei. Então deixaram alguma coisa na Bahia, e vão ajudar até a próxima Copa do Mundo aquela Cidade, mostrando como é importante a educação, não só no País deles, mas para o mundo, esse mundo em que a gente vive. A violência não está só em Porto Alegre, mas em todos os lugares do Brasil.

Então vamos parar e pensar se realmente a Copa do Mundo valeu a pena, o que podemos fazer para tirar de bom desta Copa do Mundo. Não é a vitória ou a derrota, perder ou ganhar, no esporte, faz parte do jogo. Nós temos que dar de goleada na inclusão social dessas crianças, jovens e adolescentes, uma boa educação, bom esporte, para que essas crianças se formem e, lá na frente, tenhamos adultos, cidadãos para o nosso País. Aí, sim, vamos ter os nossos bairros mais tranquilos; a cidade, em que vivemos, mais tranquila; nosso País menos violento. Isso que é tirar coisas boas de uma Copa do Mundo! Viadutos são importantes, BRs são importantes, mas o mais importante, disso tudo, somos nós, seres humanos, que vivemos aqui. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Passamos às

COMUNICAÇÕES

O Ver. Dr. Thiago está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente. O Ver. Elizandro Sabino está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente. O Ver. Kevin Krieger está com a palavra em Comunicações.

O SR. KEVIN KRIEGER: Boa tarde, Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, público presente e público que nos assiste pela TVCâmara. Quero voltar, Ver. Cecchim, a falar de um momento importantíssimo para o Município de Porto Alegre. Nós vimos essas galerias lotadas durante algumas semanas em relação ao Projeto de Lei da Fundação de Assistência Social e Cidadania. No dia 11 de agosto nós aprovamos o Projeto, e eu me lembro que, no último dia antes do recesso, tivemos aquela surpresa do Governo, que retirou o Projeto de Lei, pedindo mais tempo para dialogar dentro do Governo, por algumas questões financeiras. E, durante 15 dias, nós íamos construir junto ao Prefeito Fortunati, ao Secretário da Fazenda e ao Secretário da Administração.

Faço questão de fazer uma referência ao Procurador do Município Marcelo do Canto – eu já fiz isso diretamente –, que foi um grande parceiro na construção do Projeto de Lei da Fundação de Assistência Social e Cidadania. Querido amigo Ver. Cecchim, queria que V. Exa, que é do partido do Marcelo, possa fazer jus aos nossos agradecimentos pela parceria dele nesse processo. Ele foi fundamental na articulação e na construção final da redação do Projeto de Lei da Fundação. Houve outros parceiros, como representantes do Planejamento, da Administração, mas ele, sem dúvida nenhuma, foi um dos principais articuladores e construtores da finalização do Projeto de Lei, que retornou para a Câmara Municipal. E nós aprovamos no dia 11 de agosto a reestruturação organizacional da Fundação de Assistência Social e Cidadania, e muitos não acreditavam que isso fosse acontecer ao longo do processo. Quando nós entramos na Fundação, em 2009, tínhamos todos os centros regionais e módulos, Ver.^a Lourdes Sprenger, coordenados por cargos de confiança, e hoje todos os centros de referências, abrigos, todos os equipamentos do serviço de assistência social são coordenados por servidores públicos. E o mais importante é que nós criamos, Ver.^a Mônica Leal, em torno de 650 cargos novos para

servidores efetivos do Quadro. Mais uma vez, mostramos que o Partido Progressista valoriza o servidor público, fazendo da Direção técnica da Fundação um servidor do Quadro, e não mais um cargo de confiança indicado pelo Secretário da Pasta. Também diminuimos de 47 para 42 os cargos de confiança na Fundação, diferente de muitos outros Governos que vêm aumentando consideravelmente o número de cargos de confiança. Então, tudo isso demonstra a responsabilidade da atuação.

E aqui eu quero fazer uma referência também ao Presidente Marcelo Soares, que me substituiu à frente da Fundação e que conseguiu também junto ao Governo sensibilizar o Prefeito Fortunati no sentido de que era muito importante a aprovação desse projeto, porque nós sofremos um pouco naquela última Sessão, antes de entrarmos no recesso, quando foi retirado o projeto de lei, mas entendemos. Eu me manifestei na tribuna, naquele momento, Ver. Mauro Pinheiro, nosso futuro Presidente desta Casa, porque eu tinha muita esperança na palavra do Prefeito Fortunati. E, sem dúvida nenhuma, em nenhum momento, desconfiei de que ele não cumpriria com a palavra. E eu tive, mais uma vez, a prova do cumprimento da palavra do Prefeito Fortunati. Não tenho dúvida de que daqui a alguns dias esse projeto estará sendo sancionado pelo Prefeito. Recebi agora a informação de que a proposta já está na Redação Final, na CCJ, e logo estará indo para Prefeitura, e o Prefeito Municipal de Porto Alegre estará sancionando essa lei, que vai ser muito importante para os usuários que mais precisam dos serviços da assistência social. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra em Comunicações.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Obrigado, Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro. Estamos no período de Comunicações, mas acredito que falo também em nome do meu partido, o Partido dos Trabalhadores – Ver.^a Sofia, Ver. Comassetto, Ver. Alberto e Ver. Mauro Pinheiro. Vou comentar sobre um projeto de lei que inicia sua tramitação na Casa e que é de autoria do Ver. Nedel. Já percebemos, em outros momentos aqui, que a Câmara pode, sim, cometer retrocessos.

No campo das ciclovias, nós temos 400 quilômetros previstos de ciclovias na Cidade – uma lei de 2009, Plano Diretor Cicloviário –, no entanto chegamos a pouco mais de 20 quilômetros feitos em 5 anos. Então, quando dizem que, na época do Partido dos Trabalhadores, não se fez nada, primeiramente é bom lembrar que a única ciclovia que obedece aos padrões do PDDUA é a de Ipanema, que tem a largura correta, segundo os anexos do PDDUA. Na época, nos anos 90, a bicicleta não era uma alternativa do transporte, ela era um instrumento de lazer e de competição. Comparar períodos incomparáveis é, no mínimo, um equívoco, mas deixamos isso para debates futuros.

O projeto do Ver. Nedel basicamente diz que, para qualquer nova ciclovia, daqui para frente, se for aprovado, será necessário um redimensionamento da pista para não tirar espaço das faixas – não tirar nenhuma faixa – e nem espaço de estacionamento. Muito bem, parece um discurso conciliatório razoável num primeiro momento: não se tira espaço do veículo automotor individual. Então, como fazer? A Cidade está aí consolidada, e o projeto de lei do Vereador fala em tirar espaço da calçada, no sentido de poder fazer ciclovia na calçada. É verdade que, em alguns países, a ciclovia é feita na calçada, mas em calçadas suficientemente largas e que permitem a ciclovia. A política da Prefeitura já tem sido um pouco esta: de não retirar espaço do veículo automotor individual. A ciclovia da Restinga, por exemplo, é toda em cima da calçada, anulando totalmente a calçada. A ciclovia aqui do lado da Av. Beira Rio – a Beira Rio foi quadruplicada, porque ela já era dupla – está sendo feita equivocadamente em cima daquele passeio por onde milhares de pessoas transitam no final de semana, inclusive é apertado para as pessoas caminharem ali. No entanto, está sendo pintada uma faixa ali, naquele espaço, para os ciclistas. Então, é óbvio que não vai funcionar.

E o projeto do Vereador diz que não se pode tirar espaço nenhum. Bom, está aí, vai ficar escancarado. Hoje de manhã, numa entrevista, eu já disse que é uma oficialização do que já vem acontecendo: fazer ciclovias, que deve ser a prioridade – está aí uma cidade do futuro, uma cidade em que as crianças possam ir para a escola de bicicleta, reduzindo a obesidade infantil, melhorando os índices de aproveitamento escolar; tudo o que estou falando é com base em pesquisas já realizadas em outros países –, e nós estamos na contramão: vamos manter aqui a cultura do automóvel, o incentivo, inclusive, ao uso do automóvel. Antes que alguém lembre da redução do IPI do Governo Federal, eu quero dizer que não há um problema em ter o veículo automotor; eu tenho, sempre faço questão

de dizer isto, mas utilizá-lo e ser incentivado a utilizá-lo esse é o problema. E aí é tarefa do gestor público municipal, que deve preparar uma cidade para que as pessoas utilizem o transporte coletivo e utilizem outros meios alternativos de transporte, como é, por exemplo, a bicicleta. Então, vemos com preocupação.

E já foram retirados recursos da ciclovia, a desvinculação com as multas de trânsito, o que era um recurso garantido. O primeiro ataque a essa política de futuro já foi feito este ano; ontem, votamos aqui a Emenda nº 18, que retira mais recursos ainda do Plano Diretor Cicloviário, encaminhando para pedestres e para acessibilidade universal, que é algo louvável e meritório, mas não deveriam ter sido retirados os recursos das ciclovias. E agora o Ver. Nedel coloca essa proposta de lei. Bom, pior do que isto só o que o PSDB está fazendo em São Paulo, fazendo uma crítica ao Prefeito Fernando Haddad, que implementará, até 2015, 400 quilômetros de ciclovias, dizendo que isto é um absurdo, que é um autoritarismo. Um Prefeito que está sintonizado com o futuro de São Paulo, com a maior Capital do nosso País.

Com lamento, Vereador, que trazemos o tema aqui, ele será analisado e debatido, e esperamos que seja rejeitado por esta Câmara como um sinal de pensamento para o futuro. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo de Ver. Professor Garcia.

A SRA. LOURDES SPRENGER: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, volta um tema que já abordei aqui desta tribuna, no primeiro semestre deste ano e que culminou também com um programa de TV da Câmara – “Vereador na Cidade”.

O tema de que se tratou era o furto e a depredação do patrimônio cultural urbano de Porto Alegre. Alertamos, na ocasião, em abril deste ano, que eram recorrentes os furtos de estátuas e bustos do Parque Farroupilha e que estavam abandonados à própria sorte. Nossa manifestação se deu quando houve uma manifestação pública da Sociedade de Homeopatia do Rio Grande do Sul, que protestava na Redenção contra o furto do busto do seu grande líder, que é o médico alemão Samuel Hahnemann, o pai da homeopatia,

que estava fixada no Parque Farroupilha há 70 anos e que ainda não foi recuperada, segundo se tem notícias.

Agora lembro das informações.

Passado esse período em que denunciemos a barbárie da destruição e ataques ao patrimônio cultural urbano, queremos louvar a iniciativa do Sindicato da Construção Civil, o Sinduscon, que, em convênio com as Secretarias Municipais de Cultura e do Meio Ambiente, fechou uma parceria para preservar e conservar a memória de Porto Alegre. A atitude do Sinduscon é exemplar e poderá motivar outras entidades a seguirem o mesmo caminho, já que o Poder Público tem dificuldades e não consegue dar conta de cuidar do patrimônio cultural público da nossa Cidade. Nessa primeira etapa, esse projeto fará a análise e diagnóstico dos projetos e, posteriormente, os monumentos receberão as intervenções necessárias. No entanto, é indispensável que a Prefeitura, por intermédio da sua Guarda Civil, esteja atenta e vigilante quanto aos crimes de furto, depredação e vandalismo contra essas obras, porque os investimentos serão altos, e isso também desmotiva qualquer empresário que venha a participar de uma recuperação do Poder Público, tratando-se dessas obras de arte e, logo em seguida, serem furtadas novamente. Embora se saiba que réplica é réplica, pois quem atua na área de antiguidade sabe muito bem que o processo de como é criada uma obra de um período antigo, da antiguidade, considerando antiguidades, não vai ser nunca a mesma peça em se tratando de réplica, mesmo porque os processos de construção dessas réplicas não serão os mesmos, a não ser as obras mais novas, quando ainda se encontram artistas que elaboraram esses monumentos, esses projetos, e aí, sim, poderá se fazer algo mais valioso.

Ainda se tratando desse vandalismo, as câmeras de vigilância nem sempre estão funcionando, e não se implementam novas câmeras. Inclusive, essas obras que foram furtadas próximas à Av. João Pessoa, ali há as câmeras também dos edifícios. E se quiséssemos fazer uma pesquisa mais aprofundada, em nível policial, certamente, saberíamos que, no período em que foi furtada essa última obra, entre o período das 16h de um dia e 10h do outro – segundo as pessoas que viram ainda no local –, poderia se detectar que tipo de pessoa está fazendo esse furto, bem como se observa que as obras que se foram, se foram, nada aconteceu.

E ainda, esse plano de segurança em parques não pode funcionar só no papel, tem que vir para a prática, porque ninguém vai estar investindo em restauração sem ter uma

contrapartida de continuidade. Ninguém vai abrir os cofres de uma empresa para restaurar, restaurar, restaurar e continuar a pichação, a destruição. E também eu tenho uma curiosidade – e ainda não pude me dedicar a esse passo – que são os Boletins de Ocorrência, que certamente deverão estar nas delegacias do entorno. Porque, se furtam uma obra que é de responsabilidade do Poder Público, deverão ter os respectivos Boletins de Ocorrência, porque a preocupação deve ser dos gestores públicos, que não podem deixar a Cidade, porque nós poderíamos alavancar maior turismo, desse jeito, que é muito desagradável...(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)...se passar pelas praças e ver tanta destruição e, quando se viaja, se valoriza tanto essa área. Então, neste momento, é esse o registro que queria fazer, me sinto gratificada por ter alertado, por ter feito um programa de televisão, demonstrando a precariedade que são as nossas obras de arte e por ter tido esse passo do Sinduscon em parceria com a Prefeitura. Vamos acompanhar para que também seja feita a parte de segurança por parte do Poder Público. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Séfora Mota está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente. O Ver. Delegado Cleiton está com a palavra em Comunicações.

O SR. DELEGADO CLEITON: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, colegas da Câmara Municipal, público da TVCâmara, confesso que não ia me manifestar hoje, mas estava sentado na minha mesa, quando recebi uma mensagem do Tenente-Coronel Amorim, que é o comandante do 21º Batalhão, que corresponde às áreas da Restinga, Lami, Belém Novo, Lajeado, Hípica, Chapéu do Sol, São Caetano, Pitinga, Abertas do Morro, Ponta Grossa, Canta Galo, e uma parte da Lomba do Pinheiro.

E o Amorim, que vem fazendo um belo trabalho na Restinga, principalmente no bairro onde está localizado o seu Batalhão, na Restinga, sempre me manda um resumo do que está acontecendo na Restinga e do seu trabalho desenvolvido lá.

As apreensões, das armas apreendidas, até porque nos conhecemos bastante, trabalhou comigo, quando era tenente na cidade de Encruzilhada do Sul.

Então, primeiro, quero louvar esse belo trabalho do Coronel Amorim.

Segundo, pela mensagem, o Coronel comemora 45 dias sem homicídios na Restinga, e 14 dias sem homicídio no Extremo-Sul.

E aí, senhores, quando as forças públicas comemoram 45 dias sem homicídio, numa parte da Cidade, é porque a coisa não está muito bem.

Poderíamos até pensar o contrário: em 45 dias de trabalho, conseguimos afugentar a bandidagem!

Isso o Tenente faz! Isso a equipe da Restinga faz!

Mas nós comemoramos 45 dias sem homicídio, porque estão invertendo algumas situações. As forças públicas comemorando a inexistência, por um período curto – 45 dias –, é porque a segurança não anda bem. E nós vimos alguns falando que a segurança do Rio Grande do Sul é a melhor segurança, e, hoje, nos debates que vemos na televisão, só se fala em segurança, educação e saúde. Inclusive, alguns que não colocaram projeto nenhum nessa área, hoje, se aventuram em falar em segurança pública e falar em educação, que, para mim, são complementos. Então nós temos que deixar para trás alguns projetos feitos em gabinetes, que não tenham a realidade do dia a dia, para começarmos a fazer segurança pública verdadeira e com qualidade. E aí, sim, vamos comemorar anos sem homicídios, anos sem assaltos.

Na Zona Sul, nos bairros Ipanema, Espírito Santo, Tristeza, Serraria, Ponta Grossa e Belém Novo, quando eu ando nessas áreas, o pessoal reclama, porque, nos finais de semana, não dá mais para andar em Ipanema, infelizmente. No Guarujá, eu recebi um telefonema dizendo que existe um carro preto, com dois indivíduos dentro, assaltando todo mundo no mesmo local, na frente do mercado Santa Rita, num condomínio novo, todos os dias. Já fiz pedidos para a Brigada Militar, para a Polícia Civil, e os caras estão com a maior cara de pau. No bairro Espírito Santo, tocaram o terror, botaram um tapume e disseram: “Aqui, tem bala na cara”. E já vou avisar para esses que o bairro Espírito Santo é meu bairro, e lá não tem bala na cara! E, se tiver bala na cara, vai sair de lá.

Então é para dizer, senhores, que segurança pública, no Rio Grande do Sul, não está funcionando, infelizmente. Ontem mesmo, foi feita uma grande apreensão, mas não está funcionando. Temos que ter muito mais investimento em segurança pública. Obrigado, senhores.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra em Comunicações.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; ontem à noite, tivemos uma grande reunião, uma audiência pública, em que V. Exa. e a Ver.^a Mônica estiveram também presentes, no Grêmio Náutico União, tratando dos inventários da cidade de Porto Alegre, particularmente, do inventário do bairro Petrópolis, que, na realidade, não é só do bairro Petrópolis.

Isso vem acontecendo há muitos anos; o inventário do Humaitá/Navegantes acabou com o bairro inteiro, o 4º Distrito foi dizimado por esse inventário, o IAPI, e isso vai acontecer com todos os bairros se nós não tivéssemos... Já tomamos as primeiras providências aqui, vamos continuar fazendo, o Ver. Mauro Pinheiro também apresentou uma proposta, a Ver.^a Mônica também, enfim, a Casa, os Vereadores de Porto Alegre querem participar disso, querem se colocar na defesa da propriedade. Eu diria que isso é a defesa da propriedade porque não dá para o Poder Executivo dispor do jeito que quiser, pelo bel prazer de dois ou três técnicos achar que uma casa é bonitinha, ou que um edifício faz sombra para o outro, ou que quem mora num segundo andar não pode ser importunado por um edifício que vai subir três andares, enfim, é uma discussão ideológica, e nós não podemos fazer isso, cada um tem o direito de ter a sua opinião ideológica, mas a Cidade precisa ter uma discussão técnica. E, tecnicamente falando, os inventários que foram feitos foram um desastre para a cidade de Porto Alegre.

Eu queria deixar isso registrado porque aquela comunidade dos moradores do bairro Petrópolis deu uma demonstração de que, se for feita uma defesa intransigente como eles estão fazendo do seu bairro, do seu dia a dia e do seu modo de viver, dá para fazer com que os nossos técnicos revejam os seus conceitos e tenham mais objetividade, tenham mais clareza, tenham mais critérios antes de dispor da propriedade de alguém colocando num inventário, com o nome de patrimônio histórico. Na realidade, isso não é patrimônio histórico, isso é um pano de fundo para fazerem absurdos como fizeram, até hoje, na cidade de Porto Alegre.

Dito isso, eu queria também cumprimentar o Ver. Bernardino por ter iniciado essa reunião que os Vereadores fazem, toda Semana Farroupilha, lá na Casa da Fraternidade, no

Acampamento Farroupilha. Nesta terça-feira, dia 16, todos nós estamos convidados para lá estar, ao meio-dia, para um conagraçamento. Nós, os Vereadores de Porto Alegre, que abriga o maior acampamento farroupilha do mundo, estaremos lá, de uma forma efetiva, para comer um churrasco, um grande costelão e, principalmente, para confraternizar com todos os piquetes, com os gaúchos que defendem e honram as tradições do Rio Grande do Sul. Por isso, Ver. Bernardino, cumprimento V. Exa. por ter sido o idealizador dessa reunião da Câmara de Vereadores lá.

O Sr. Bernardino Vendruscolo: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Cecchim, é oportuno fazer esse registro. Nós começamos esses encontros em 2007. Até 2005, 2006, a maioria dos Vereadores não ia ao acampamento. Felizmente, agora, podemos contar com 70, 80% dos Vereadores participando efetivamente. Até aquele momento, os Vereadores, de um modo geral, não participavam do Acampamento Farroupilha, por isso cumprimento V. Exa. pelo registro. Obrigado.

O SR. IDENIR CECCHIM: Obrigado, Vereador. O Delegado Cleiton, que é o nosso gaúcho sempre presente lá no Parque Farroupilha, está ajudando a fazer a relação dos Vereadores que estarão lá no almoço, para que, quem está organizando, possa definir o tamanho do costelão que será servido. Muito obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

O Sr. Kevin Krieger (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a transferência do período do Grande Expediente para a próxima Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Kevin Krieger. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

PAUTA

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
079ª Sessão Ordinária 11SET2014

Não havendo nenhum Vereador inscrito para discutir, está encerrado o período de Pauta e, também, os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 15h25min.)